

Contudo, o Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março, determina, no seu artigo 50.º, que o controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial dos institutos públicos, com excepção dos institutos com organização simplificada, relativamente a 2006 e anos posteriores, é da responsabilidade do fiscal único a designar nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e que, sem prejuízo da eventual adequação dos respectivos diplomas orgânicos, com a aprovação das contas de 2005, são extintas as comissões de fiscalização, independentemente da designação adoptada, dos institutos públicos, ainda que não tenha decorrido o prazo para que tenham sido nomeadas.

Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, o fiscal único é nomeado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela obrigatoriamente de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março, e do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, determina-se:

1 — Nomear como fiscal único do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) a licenciada Ana Margarida Rodrigues Barata Fernandes, revisora oficial de contas, inscrita na respectiva lista com o n.º 707, pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

2 — O mandato referido no número anterior tem a duração de três anos.

3 — A remuneração ilíquida do fiscal único é fixada em 20% do vencimento mensal base auferido pelo presidente do conselho de administração do INFARMED.

4 — A remuneração referida no número anterior é paga em 12 mensalidades e não inclui outras componentes remuneratórias inerentes ao estatuto dos membros do conselho de administração do INFARMED, designadamente despesas de representação.

20 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 6721/2007

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Assuntos do Serviço Militar da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, lugar criado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2002, de 5 de Fevereiro, o TCOR Jorge Manuel Antunes Cameira, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007, autorizado a optar pelo vencimento base do seu cargo de origem.

27 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Despacho (extracto) n.º 6722/2007

Por despacho de 16 de Março de 2007 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi rescindido o contrato, a seu pedido, de Duarte José Avelar Montalvão de Santos e Silva, técnico licenciado do nível 1, com efeitos a partir de 31 de Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2007. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 6723/2007

Por despacho de 14 de Março de 2007 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi rescindido o contrato, a seu pedido, de Ricardo Jorge Dias Cardoso, operário do nível 2, com efeitos a partir de 19 de

Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2007. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 6724/2007

Por despacho de 26 de Janeiro de 2007 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, foram nomeados, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, em reconhecimento do mérito excepcional, os funcionários do quadro do pessoal civil da Marinha a seguir identificados, nas categorias que se discriminam, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2006:

Nome	Categoria actual/escalão	Categoria de promoção/escalão
Miguel Francisco Florindo Cadete	Técnico Profissional de 1.ª classe de aquariologia / 2	Técnico profissional principal de aquariologia / 1
Maria Manuela Ferreira Ludovico Duarte	Assistente administrativa principal / 5	Assistente administrativa especialista / 2
Maria Isabel Pires da Silva Abrantes	Assistente administrativa principal / 1	Assistente administrativa especialista / 1
Ana Cristina Patrício Costa Pereira Monteiro	Assistente administrativa principal / 1	Assistente administrativa especialista / 1
Cátia Marina Bernardo Marinho Seixas	Assistente administrativa principal / 1	Assistente administrativa especialista / 1
Alexandra Fátima Leal Martins	Assistente administrativa principal / 1	Assistente administrativa especialista / 1
Sandra Isabel Morgado dos Santos Almeida Rebelo	Assistente administrativa / 2	Assistente administrativa principal / 1
Jaime Carlos Gonçalves Vila Nova Xavier	Fiel de depósito e armazém / 8	Chefe de armazém / 1

5 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição de Civis, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Rectificação n.º 461/2007

Por ter havido lapso na publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 12 de Março de 2007, do despacho (extracto) n.º 4411/2007, a p. 6526, rectifica-se que onde se lê «Por despacho do subdirector-geral, em substituição, de 13 de Fevereiro de 2007, foi Áurea Maria Reis Nobre,» deve ler-se «Por despacho do subdirector-geral, em substituição, de 13 de Fevereiro de 2007, foi Áurea Maria Reis Nobre Pinto.»

21 de Março de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.